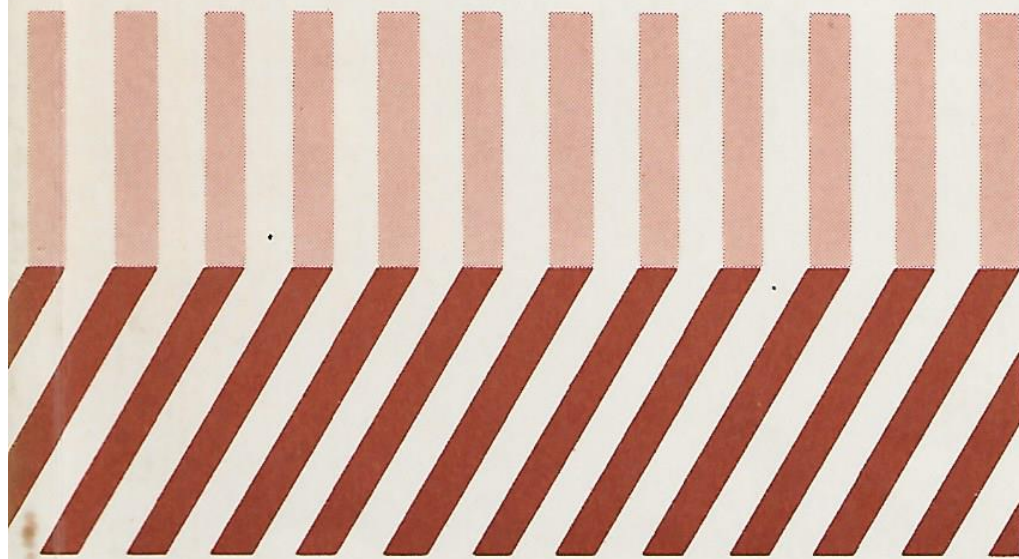


currículos

1

# Reformulação de Currículos

Síntese



76

Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Educação e Cultura

Rio de Janeiro (estado). Secretaria de Estado de  
Educação e Cultura.

Reformulação de currículos; síntese. Niterói,  
Imprensa Oficial, 1976.

72 p.

1. Currículos Escolares - Reformulação. I. Títu-  
tulo.

CDU. 371



Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Educação e Cultura  
Laboratório de Currículos

# Reformulação de Currículos

(Síntese)

Niterói  
Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro  
1976

Governador do Estado

FLORIANO FARIA LIMA

Secretário de Estado de Educação e Cultura

MYRTHES DE LUCA WENZEL

Subsecretário

AMÉLIA MARIA CAVALCANTI LACOMBE

Chefe de Gabinete

VERA LÚCIA BONOW BALTHAZAR DA SILVEIRA

Diretor do Laboratório de Currículos

CIRCE NAVARRO RIVAS

## Sumário

APRESENTAÇÃO .....	9
A ORGANIZAÇÃO DE CURRÍCULOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO .....	11
DIAGNÓSTICO .....	20
PROPOSTA METODOLÓGICA .....	23
SÍNTESE DAS PROPOSTAS PARA REFORMULAÇÃO DE CURRÍCULOS .....	28
1. PRÉ-ESCOLAR .....	28
2. PRIMEIRO GRAU .....	30
3. SEGUNDO GRAU .....	50
ANEXO I - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PAIS E PROFESSORES .....	60
ANEXO II - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM LÍDERES LOCAIS .....	67

## Apresentação

O Projeto de Reformulação de Currículos — aprovado pelos Conselhos Estaduais de Educação (parecer nº 240/76) e de Cultura (Parecer nº 18/76) — será implantado em toda a rede escolar do Estado a partir de 1977.

A Lei 5.692/71 ofereceu aos educadores amplas oportunidades de renovação do processo ensino-aprendizagem, mediante novas aberturas para a organização de currículos. Postulada a integração educação-cultura, e concebido o currículo como o conjunto das experiências organizadas e supervisionadas pela escola, cabe a todos os participantes do processo procurar romper com os esquemas estereotipados, de forma tal que os interesses, as necessidades e as virtualidades do educando sejam atendidos e ativados.

A proposta da Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Rio de Janeiro é integrar Educação, Cultura e Trabalho, através de uma escola em interação com a comunidade. Para tanto, supõe a adequação dos currículos às diferentes realidades regionais e locais. Partindo de um diagnóstico cientificamente conduzido e metodologicamente aparelhado, a escola estará em condição de conceber e praticar o currículo como instrumento eficiente de melhoria da qualidade educativa.

Não obstante as exigências de especialização determinadas pela complexidade dos modernos sistemas de trabalho, estudos recentes demonstram que têm melhores possibilidades de êxito os profissionais equipados de sólida formação geral. Daí justificar-se a opção seguida na proposta de Reformulação de Currículos, que enfatiza a educação geral.

O presente documento oferece as primeiras informações quanto às diretrizes metodológicas e ao conteúdo programático do Projeto que, posteriormente, será editado na íntegra. O objetivo da publicação é fornecer aos educadores do Estado princípios e subsídios capazes de renovar a escola e o desempenho do sistema.

*Myrtila de Lencastre*

## A Organização de Currículos no Estado do Rio de Janeiro

### 1. PRESSUPOSTOS

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, em suas Diretrizes para o Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, estabelece as seguintes orientações para o setor de Educação e Cultura:

- utilizar de forma mais racional o equipamento da educação, a partir de programação moderna de ensino, ampliando-se a rede escolar suprimindo as carências mais graves existentes, objetivando, além de outros aspectos, melhor atendimento à população escolarizável;
- reduzir os índices de evasão escolar e adequar os currículos às reais necessidades de desenvolvimento regional. Para tanto, adotar-se-ão processos de reciclagem, de valorização e de adequação profissional do corpo docente. Paulatinamente, promover-se-á a descentralização operacional, de forma a que os municípios, na medida permitida por seu potencial, se responsabilizem integralmente pelo ensino de 1º Grau;
- estimular e apoiar iniciativas voltadas para o incremento da difusão cultural, agindo simultaneamente no sentido de dotar todas as áreas de equipamento adequado e condizente, em particular as relacionadas com as atividades teatrais e dos museus, tendo em vista, especialmente, a tradição e a importância da cidade do Rio de Janeiro como pólo cultural do País. (Cf. Diretrizes para o Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, pág. 45).

Coerente com as estratégias do Governo, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro fundamenta sua ação em alguns princípios teórico-práticos que são:

- a educação é o desenvolvimento global do indivíduo, e deverá ter como consequência o crescimento global do próprio Homem e da Cultura de que faz parte.

A escola deve estabelecer uma integração entre Educação - Cultura

- Trabalho que não se restrinja a elocubrações teóricas, mas que se concretize numa escola aberta à comunidade em que está inserida.

A escola deve planejar suas atividades, de forma ordenada e coerente, indicando os objetivos que deseja alcançar integrando seus esforços com os da comunidade e com os das autoridades competentes.

O currículo é exatamente o conjunto de todas as atividades planejadas, organizadas e desenvolvidas pela escola.

A obra da Educação integrada à Cultura e ao Trabalho deve ser executada com base na realidade geo-sócio-econômica e, portanto, como as demais áreas de ação do Governo do Estado, utilizará a estratégia da regionalização. (Cf. PROLIDER 1, cap. "Planejamento Integrado Educação e Cultura").

Regionalizações

## 2. A ELABORAÇÃO DE CURRÍCULOS

Diante dos pressupostos acima, a Secretaria de Estado de Educação e Cultura posiciona-se em relação aos currículos e à sua elaboração e desenvolvimento, no sentido de levar aos diversos níveis os princípios e as técnicas de organização curricular, objetivando a criação da escola-em-integração-com-a-comunidade.

obj →

Desta maneira, ao mesmo tempo em que garante os objetivos gerais e específicos da ação educativa em nível nacional e estadual, promove a gradual tomada de consciência dos diversos níveis de decisão (regional e local) em relação à responsabilidade de planejar os currículos para atender às necessidades do "aqui e agora".

Esta posição exige da Secretaria de Estado de Educação e Cultura um trabalho amplo e profundo com relação à competência e ao desempenho de seus organismos especializados. A ela caberá dar a assistência técnica necessária para que os Centros Regionais, os Núcleos Comunitários e as Escolas possam chegar a propostas curriculares adequadas às exigências das clientelas e das realidades geo-sócio-econômicas a que servem.

Para isso, a Secretaria de Estado de Educação e Cultura criou na sua estrutura o Laboratório de Currículos, que deve realizar estudos que objetivem especificar as necessidades do Sistema Estadual de Educação e Cultura, bem como atuar em investigações que se constituam em ponto de apoio para elaboração e execução dos Planos Gerais de Educação do Estado. Ao Laboratório de Currículos incumbe ainda otimizar os estudos para a formulação e reformulação dos currículos; sugerir objetivos curriculares e nova proposta metodológica; viabilizar, em entrosamento com as Assessorias e Coordenações da Secretaria, a implantação, o acompanhamento e a avaliação do plano curricular do Estado.

LC



### 3. INDICAÇÕES PARA A FORMULAÇÃO E REFORMULAÇÃO DE CURRÍCULOS

#### 3.1. Fundamentos do Currículo

O processo de desenvolvimento de currículos está vinculado ao próprio processo de desenvolvimento da sociedade e da cultura. Supõe o acervo de conhecimentos, hábitos, habilidades e atitudes que se aplicam e manifestam no tempo e no espaço, bem como sua dinamização através do processo ensino-aprendizagem.

As fundamentais questões sobre o aluno, como indivíduo em desenvolvimento, bem como as suas mais simples manifestações em um contexto geo-sócio-econômico dado, são elementos significativos para a elaboração de currículos. O conhecimento e a interpretação dos elementos da realidade do aluno e do contexto em que ele se situa e os princípios teóricos servirão de base para a formulação das finalidades e objetivos da educação, como deverá processar-se na escola.

O currículo, concebido como todas as experiências organizadas e supervisionadas pela escola, é o instrumento abrangente que faz dela um laboratório, onde se busca proporcionar condições para a melhoria da qualidade da vida, do indivíduo e da comunidade.

A orientação filosófica da educação nacional inspira-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. A partir deles, estabelecem-se as finalidades da educação, numa estrutura integradora dos aspectos indivíduo - pessoa - sociedade:

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos grupos que compõem a comunidade;
- b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitem utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
- f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;
- g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça. (Cf. Lei 4024/61, Art.1º).

### 3.2. Dispositivos Legais da Organização Curricular

Na legislação brasileira sobre educação, são estabelecidas diretrizes para a organização curricular. Em relação ao Ensino de 1º e 2º Graus, estas diretrizes encontram-se na Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971.

O primeiro determinante legal encontra-se no Artigo 1º da Lei nº 5.692/71. Trata-se do estabelecimento de um objetivo geral para o ensino de 1º e 2º Graus, a ser atingido a nível nacional: "O ensino de 1º e 2º Graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania".

Este objetivo, formulado em termos amplos e genéricos, deve ser interpretado à luz das finalidades da educação nacional, e especificado a nível nacional, estadual, regional e local. Vamos assim encontrar uma primeira especificação no Artigo 3º, § 1º, da Resolução nº 8 de 1º de dezembro de 1971 do Conselho Federal de Educação (Anexa ao Parecer nº 853/71 do mesmo Conselho), que estabelece: "O ensino das matérias fixadas e o das que lhe sejam acrescentadas, sem prejuízo de sua destinação própria, deve sempre convergir para o desenvolvimento, no aluno, das capacidades de observação, reflexão, criação, discriminação de valores, julgamento, comunicação, convívio, cooperação, decisão e ação, encaradas como objetivo geral do processo educativo". Na verdade, o parágrafo citado interpreta e especifica o sentido de "potencialidades", expresso genericamente na formulação do objetivo geral, tal como se encontra na Lei nº 5.692/71.

Para a consecução do objetivo geral fixado, a Lei nº 5.692/71 estabelece as diretrizes para a elaboração dos currículos para cada grau (Artigo 4º - 8º): o currículo pleno de cada estabelecimento será constituído de disciplinas, áreas de estudo e atividades que resultem das matérias fixadas, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e sequência (art. 5º).

São consideradas ainda duas classificações para as partes do currículo:

- a) a primeira estabelece para o currículo um núcleo comum e uma parte diversificada (art. 4º).
- b) a segunda distingue a parte de educação geral e a parte de formação especial (art. 5º, § 1º).

O núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, terá fixadas pelo Conselho Federal de Educação as matérias que o constituirão, bem como seus objetivos e amplitude. A estas matérias serão acres

centadas, ainda como obrigatórias, a Educação Moral e Cívica, a Educação Física, a Educação Artística e Programas de Saúde, bem como o Ensino Religioso.

A parte diversificada, para atender às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos, terá as matérias que a constituem relacionadas pelos Conselhos Estaduais de Educação. Os estabelecimentos escolherão dentre estas as que melhor convierem e, caso queiram introduzir alguma não relacionada, deverão obter aprovação do Conselho Estadual de Educação.

A parte de formação especial do currículo terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho no ensino de 1º Grau, e de habilitação profissional no ensino de 2º Grau. No último caso cabe ao Conselho Federal de Educação fixar o mínimo a ser exigido em cada habilitação ou conjunto de habilitações afins. A formação especial se distingue da educação geral, que se destina "a transmitir uma base de conhecimentos indispensável a todos na medida em que espelhe o Humanismo dos dias atuais" (Parecer C.F.E. nº 853/71). A educação geral será exclusiva nas séries iniciais e predominante nas finais do ensino de 1º Grau.

Ambas, porém, embora distintas, formam um todo no currículo pleno. É competência da escola a organização do currículo pleno de tal forma que se atenda aos pressupostos até aqui enunciados.

### 3.3. Etapas da Organização Curricular

Depois de analisados os fundamentos e os determinantes legais, a tarefa da organização curricular prossegue percorrendo as etapas de estabelecimento de objetivos, seleção e organização de conteúdos.

#### 3.3.1. Conteúdos como Instrumentos para atingir os Objetivos

Os objetivos de um plano curricular são as respostas às necessidades detectadas pelo estudo e a pesquisa sobre o educando e a sociedade em que ele vive, sobre o processo educativo e a relação ensino-aprendizagem. Em última análise, só é possível estabelecer objetivos a partir de um diagnóstico da realidade e das exigências da clientela.

Dentro desta concepção, os objetivos deverão sempre refletir as reais possibilidades da educação para atender às necessidades e aos interesses do indivíduo e da sociedade.

Assim, partindo das finalidades da educação, passando pelos objetivos gerais do grau do ensino, a equipe de organi-

zação curricular vai procurar atingir os diversos níveis de especificação, por matéria, por série, buscando manter entre eles relação de coerência.

Não basta, porém, estabelecer objetivos. É necessário explicitá-los de maneira clara e precisa. Os objetivos, além de nortear toda a ação educativa, são os referenciais para a avaliação dos currículos.

*Conteúdo* Conteúdo de um currículo são as informações, as técnicas, os comportamentos que se relacionam com o desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e das atitudes. Cada vez mais se afirma entre os especialistas em organização curricular a tendência de considerar os conteúdos como instrumentos de consecução de objetivos. Na verdade, os conteúdos vão sendo organizados pelo homem através de seu processo de desenvolvimento (maturação biológica, psicológica e social). A educação tem como objetivo fundamental respeitar e favorecer esse processo. Assim, o critério básico de seleção de conteúdos é o de finalidade, isto é, devem ser selecionados os conteúdos que mais favoreçam o atingimento dos objetivos educacionais. Finalidade implica funcionalidade, logo, o conteúdo deve originar-se da realidade vivida pelo aluno para, depois de enriquecido no processo educativo, voltar com força transformante para esta realidade. Embora seja difícil separar as noções de quantidade e qualidade sem incorrer em perigosas simplificações, a ênfase na seleção de conteúdos deve ser colocada nos aspectos qualitativos; a quantidade só será considerada na medida em que se relacione com a qualidade.

Uma outra observação sobre os conteúdos: eles existem como situações e fatos, em permanente estruturação. Se se pode isolá-los para melhor analisá-los, não se deve deixar de referi-los a fatos e situações, mesmo quando estão sendo analisados isoladamente.

### 3.3.2. Organização do Conteúdo

Assim como os diversos níveis de especificações dos objetivos devem relacionar-se de maneira coerente, os conteúdos selecionados não podem deixar de estar coerentemente organizados. Esta organização dos conteúdos não obedece a critérios rígidos. Cada vez mais, porém, procura-se valorizar as características específicas de cada campo de conhecimento, sem contudo perder de vista que esta especificidade não afeta as características do conhecimento humano como um todo.

A organização do conteúdo é sobretudo decorrência de uma posição metodológica, que encontra seus fundamentos em concepções psicológicas e lógicas. Desta maneira podem ser encontradas muitas variações de organização de conteúdo. Mas, ao menos dois aspectos do desenvolvimento atual da ciência fundamentarão esta organização: a) o desenvolvimento do educando e, conseqüentemente, as leis do processo ensino-aprendizagem; b) a estrutura própria de cada campo de conhecimento, dentro da estrutura lógica do conhecimento humano.

A organização curricular, portanto, se apresenta como um instrumento imprescindível da educação. Mas não pode ser vista como uma tarefa simples e fácil, pois se caracteriza como a operacionalização dos resultados da investigação das ciências da educação e aplicação das normas (leis, indicações) próprias aos sistemas escolares, numa tentativa sempre renovada de compatibilizar o processo educacional com as exigências do tempo e do lugar.

A complexidade e dificuldade da tarefa, porém, não são eliminadas pela pseudo-solução de fazer preparar um plano curricular por uma equipe central e fornecê-lo a todo um sistema. Ainda que seja sob a forma de sugestão, tal plano fatalmente condicionará as decisões a nível local e, o que é pior, poderá incentivar uma omissão face à responsabilidade de definir o currículo diante da realidade "aqui e agora".

A importância de um organismo que congrega uma equipe central especializada está na promoção de estudos e experiências que venham a fornecer novos elementos para o processo decisório de organização curricular, nos diversos níveis, que esteja cada vez melhor aparelhado para atender às exigências do educando e da sociedade.

#### 4. DIRETRIZES PARA A

#### ORGANIZAÇÃO DE CURRÍCULOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

##### 4.1. Fundamentos

4.1.1. A organização curricular é prerrogativa da Escola como unidade do sistema educacional, inserida no contexto geo-sócio-econômico e cultural da comunidade. Este é o espírito da Lei 5.692/71 ao tratar do "currículo pleno do estabelecimento de ensino" (Artigo 59, capit.).

Ao trabalhar a organização de seu currículo, porém, a Escola deverá ter presentes:

- a) as finalidades e objetivos da educação nacional, com substanciados nas Leis Federais e Normas/Indicações do Conselho Federal de Educação;
- b) os objetivos estabelecidos pelos órgãos do Sistema Estadual de Educação.

4.1.2. A organização do currículo da Escola envolve:

- a) a participação direta da equipe de professores, orientadores pedagógicos e dos orientadores educacionais;
- b) a participação indireta dos pais e/ou responsáveis pelos alunos e dos líderes da comunidade.

Os currículos serão organizados atendendo ao princípio fundamental de integração Educação-Cultura-Trabalho. Neste sentido, deverão corresponder a diagnósticos geo-sócio-econômicos, que fornecerão os elementos para a melhor adequação entre o planejamento de atividades curriculares e a realidade local.

Apresentadas diretrizes gerais para organização curricular a ser desenvolvida pelas escolas, a unidade da política estadual de educação será garantida no cumprimento de objetivos comuns de ensino, válidos para todo o Estado.

Aos Centros Regionais, aos Núcleos Comunitários e às Unidades Escolares, cabe:

- a) o estabelecimento de objetivos próprios ao atendimento das realidades locais;
- b) a seleção e organização de conteúdos adequados aos objetivos a serem atingidos de maneira que sejam respeitadas as características da clientela;
- c) a ordenação e a sequência dos conteúdos segundo os princípios de integração horizontal e vertical, inclusive sobre sua seriação.

Assim, tomando-se o conhecimento humano em sua estrutura lógica, manifestada ou vivenciada pelo aluno nas diversas fases de seu desenvolvimento, a organização do conteúdo obedece ao princípio de integração, seja em sua dimensão vertical como em sua dimensão horizontal.

No primeiro caso (integração vertical), deve-se obedecer ao natural relacionamento de conteúdos que se trabalham em níveis cada vez mais complexos, correspondentes ao desenvolvimento mental do educando, resultando daí uma sucessão de momentos encadeados (seriação).

A integração horizontal obedece ao relacionamento natural de conteúdos que se trabalham no mesmo momento, através do indivíduo, resultando daí um tratamento harmônico dos fatos, situações e experiências do processo educativo que se realiza "aqui e agora".

A apresentação dos objetivos por matéria, subdivididos em campos específicos, reflete a preocupação de que, mesmo em uma conseqüente organização curricular em atividades globalizantes nas 1.<sup>as</sup> séries do 1º Grau, deve atender às características próprias desse campo. Isto porque elas constituem recortes diferenciados do real, e são organizadas por estruturas próprias. Assim, também, a "integração de conteúdos afins", que resulta nas áreas de estudos das últimas séries do 1º Grau e, até mesmo nas diversas formas de relacionamento que se podem estabelecer entre elas em determinados momentos (integração horizontal), não devem ser tratadas como algo artificial e forçado. Só há sentido na integração horizontal na medida em que seja preservada a estruturação própria de cada conteúdo, conforme preconizam os textos legais e, particularmente, o Parecer nº 4.833/75 do CFE:

*O princípio da integração, uma das características principais da Lei 5.692/71 tem, na ordenação do currículo, a seqüência e o relacionamento dos conteúdos o seu elemento-chave. (...) A integração horizontal tem o objetivo de articular os diversos ramos do conhecimento. O elemento curricular que contribui para esse objetivo é o relacionamento, ou seja, a ordenação transversal dos conteúdos. (...) O "conteúdo", de acordo com a concepção que o parecer 853/71 delineia, deve ser encarado como o conjunto de diferentes operações que levam à aquisição do conhecimento.*

1. SISTEMÁTICA

Para a elaboração do diagnóstico de cada Município do Estado do Rio de Janeiro para fins de planejamento educacional, proceder-se-á ao levantamento de dados primários e secundários, à tabulação destes dados e à análise e interpretação dos mesmos.

Com relação aos dados primários, é importante observar que os roteiros para as entrevistas com líderes locais e membros da comunidade representativos dos diferentes setores da vida das populações, têm em mira a progressiva integração da Educação-Cultura-Trabalho-Saúde e Lazer. A realização das entrevistas e contatos serão, portanto, a primeira etapa de concretização da ação recíproca e comum entre escolas e comunidade. (Ver anexos).

2. INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS

O estudo da localização do município.

3. LEVANTAMENTO DE DADOS SECUNDÁRIOS

Estes dados foram fornecidos pelo IBGE e encontram-se à disposição no Laboratório de Currículos.

3.1. Informações Sócio-econômicas

- Situação demográfica
  - \* população total
  - \* distribuição desta população por zona urbana e rural
  - \* caracterização desta população
- Situação de serviços
  - \* saúde
  - \* transporte
  - \* energia



- \* saneamento
- \* comunicação e outros
- Situação econômica
  - \* Setor Primário
    - . agricultura
    - . pecuária
    - . estrutura fundiária
  - \* Setor Secundário
    - . indústria
    - . extrativismo
  - \* Setor Terciário
    - . comércio
    - . serviços
- Panorama cultural
  - \* Atividades culturais e de lazer: bibliotecas, estações de rádio, jornais, cinemas, etc.
- Informações psicossociais
  - \* Considerações sobre as aspirações e análise do comportamento psicossocial.

### 3.2. Informações Educacionais

- Levantamento de dados educacionais
  - \* levantamento, por escola, caracterizando a zona urbana ou rural e a dependência administrativa a que pertence, para verificar:
- Demanda e oferta de educação
  - \* população que procura a escola
  - \* oferta de matrícula
  - \* população atendida
- Distorção idade/série
  - \* alunos atendidos na idade regular da série
  - \* alunos atendidos fora da idade regular da série (abaixo ou acima)
- Deficit de escolaridade
  - \* alunos não atendidos pela escola
  - \* evasão
- Produtividade do sistema educacional:
  - \* alunos aprovados
- Qualificação do pessoal docente

- Disponibilidade do pessoal docente
  - \* relação número de professores e número de alunos
- Disponibilidade de sala de aula
  - \* relação número de salas de aula e número de alunos.

4. LEVANTAMENTO DE DADOS PRIMÁRIOS

Roteiro para entrevista com pais e professores - Anexo I

Roteiro para entrevista com líderes locais - Anexo II

## Proposta Metodológica

Por metodologia deve-se entender o conjunto de pressupostos teóricos cuja aplicação possibilita a atuação educacional, dentro de uma perspectiva científica. Sua formulação visa integrar Educação, Cultura e Trabalho.

Para sua elaboração, partiu-se da característica humana, e só humana, de aquisição da capacidade de criar e usar símbolos como, por exemplo, na criação da linguagem. Conhecer o funcionamento dessa capacidade simbólica é conhecer como o homem organiza seu mundo. Essa estruturação é um processo natural, cujo desenvolvimento a Educação deve ativar no tempo próprio do indivíduo.

Na ciência contemporânea encontram-se explicitadas as estruturas linguísticas, as estruturas lógico-matemáticas, as estruturas espaço-temporais e as estruturas afetivas.

A Secretaria de Estado de Educação e Cultura apresenta, juntamente com esta proposta, uma série de atividades-modelo que transformam aquelas estruturas e suas leis de composição em jogos e suas regras. A linguagem lúdica foi adotada, na medida em que o jogo é o exercício pleno das estruturas vivenciais.

Quando atinge a possibilidade de representação mental, a criança passa a usar símbolos para substituir os objetos. Pensa sobre as coisas na ausência delas e não se limita apenas a pensar as coisas que tem diante de si. Por exemplo, é capaz de pensar sobre a boneca, ou com sua imagem, ou com a palavra "boneca".

Inicialmente seus símbolos são muito subjetivos e individuais, pois ela está dando entrada na Ordem e no Sistema sem ainda dominá-los. Pode substituir o cavalo pelo cabo de uma vassoura, a comida com que brinca de cozinhar por pedrinhas ou bolinhas de papel, enfim, pode substituir uma coisa por outra. Neste momento, jogo e vida ainda estão diferenciados, tanto assim que "pede tempo" para sair do jogo e entrar na realidade da vida. À medida que cresce, seu jogo vai copiando mais e mais o real, tentando ser coerente e verossímil, até atingir o jogo de regras como o jogo de amarelinha, jogo de futebol, etc.

Para jogar bem é preciso conhecer as regras do jogo, a fim de estabelecer táticas e estratégias adequadas para exercer a criatividade. Dentro dessa perspectiva, pretende-se dar ao processo ensino-aprendizagem um enfoque predominantemente qualitativo e não quantitativo.

Dois recursos principais respondem por essa ênfase no qualitativo:

- a seleção das estruturas a serem ativadas;
- a ativação dessas estruturas no tempo próprio de cada indivíduo.

Tais recursos só poderão atingir sua produtividade máxima, se se contar com a disposição do professor no sentido de conhecer a realidade do aluno, apreender-lhe os limites e tomar tais elementos como ponto de partida para sua atuação.

Parte-se do pressuposto de que a educação deve desenvolver e valorizar a capacidade operatória do aluno, ao invés de preferir a transmissão de uma cultura registradora e repetitiva.

Desde os primeiros momentos do processo que se desenvolve na escola, é fundamental que o Trabalho seja entendido como atividade essencial ao enriquecimento dos esquemas de ação e de referência do indivíduo; é também necessário que na vida escolar se associe a noção de Trabalho à da natureza lúdica do homem. O tempo do trabalho, assim concebido, não se opõe ao tempo do lazer.

A educação levará ao entendimento de trabalho como melhor forma de viver e conviver, como indivíduo e como membro de uma comunidade. A cultura será paralelamente valorizada através de todas as vivências curriculares, planejadas e realizadas com a finalidade primordial de tornar a escola um laboratório onde se busca proporcionar condições para a melhoria da vida do indivíduo e da comunidade.

Podemos conceber, neste quadro, a relação entre educação sistemática e educação assistemática. Educação assistemática é toda ação cultural que, através de trocas simbólicas, une entre si os membros de um grupo social e interrelaciona os grupos de diferentes comunidades. A educação sistemática resulta da interação desse processo de trocas simbólicas com a organização do todo cultural em determinado painel pedagógico. Nessa visão ampliada, é que se pretende integrar Educação, Cultura, Trabalho e Lazer, enriquecendo o campo da educação sistemática - "escolar" - que, em princípio, mais pobre que a vida, passa a ser, nesse enfoque, enriquecida por ela. Só assim podemos recuperar a escola da sua dissociação do cotidiano e torná-la participante do projeto existencial do homem.

A linha metodológica ora apresentada serve a qualquer currículo, desde o Pré-escolar até o 3º Grau, uma vez que as estruturas cognitivas e vivenciais estão associadas no processo de desenvolvimento às diferentes faixas etárias e são comuns a todos os indivíduos.

Na etapa que precede a entrada para o 1º Grau regular, a valorização da atividade lúdica oferece múltiplas atividades a serem desenvolvidas pelas crianças da faixa etária correspondente, independentemente de recursos materiais onerosos e muitas vezes inacessíveis.

A tarefa inicial com a criança pré-escolar é capacitá-la a dominar a imagem, o uso e o controle do próprio corpo, na relação com o mundo dos objetos e o mundo dos outros, através da ativação da psicomotricidade, condição básica para o processo de adaptação nesse período.

Essa ativação deve ser favorecida através do jogo; forma de a criança equilibrar duas funções básicas de adaptação: assimilação e acomodação. Há assimilação, por exemplo, quando a criança rola bolas. Ela procura agir sobre um objeto através de um esquema de ação ou estrutura que já possui em seu desenvolvimento.

Há acomodação quando o mundo dos objetos impõe a ela novos esquemas de ação, pois não se adaptam aos já dominados. É o processo pelo qual o esquema muda para se adaptar à condição de realidade, processo esse que garante que um padrão de comportamento não se rompa quando o organismo encontra novos estímulos ou objetos que quase podem, mas não chegam a ser assimilados pelo esquema. Por exemplo, se a criança procura encaixar caixas, ao invés de encaixá-las, o objeto vai resistir e ela será levada a descobrir que as caixas são para serem encaixadas e não roladas.

O jogo propicia o exercício continuado dessas funções — assimilação e acomodação — levando a criança ao desenvolvimento de maiores recursos mentais.

Segundo Jean Piaget, a Fase I, do Jogo Simbólico, dos 2 aos 4 anos, dá a criança a possibilidade de pensar e evocar as próprias experiências e, em particular, sua vida afetiva, fornecendo-lhe meios de assimilar o real aos seus desejos e interesses.

O grande risco que a ação educacional corre nessa etapa do desenvolvimento reside na atuação do adulto, no sentido de considerar os jogos simbólicos como "não sérios", coisas "fora da realidade", quando, na verdade, valorizá-los é estimular a criatividade, possibilitar a expansão da imaginação.

Na Fase II, dos 4 aos 7 anos, os jogos simbólicos da fase anterior declinam, aproximando-se mais do real. O jogo se reveste de maior preocupação com a coerência e a verossimilhança. É mais imitativo do real. Essa é a etapa do pensamento intuitivo, que possibilita as primeiras coordenações mentais. Possibilita construções parciais, predominantemente perceptivas, mas já a caminho do conceito operatório, uma vez que essas configurações sugerem relações. A operação é a coordenação das ações, é o estabelecimento da conservação do todo, isto é, o req-

nhecimento daquilo que não varia num conjunto, embora se altere a disposição de seus elementos. Por exemplo:

Dado um conjunto de cinco bolinhas o aluno deverá saber que este número não varia mesmo que se altere a disposição dos objetos.



A criança reconhecerá que o todo é o mesmo, embora se altere a disposição das partes. Proceder assim é ativar o mental e não simplesmente acumular informações.

Uma vez favorecido, durante o Pré-escolar, o surgimento das estruturas operatórias, sua ativação e pleno domínio se realizarão no decorrer das séries iniciais do 1º Grau. A partir dos 7-8 anos, a criança não pensa mais cada ação isoladamente, mas considera que uma ação pode ser invertida. A coordenação de ações é a operação.

O grande risco da ação educacional neste momento reside na valorização do perceptivo e na ausência de ativação da capacidade operatória.

A criança, ao invés de ser estimulada por recursos visuais e auditivos com a finalidade de facilitar a memória, deverá ser estimulada a encontrar relações, organizar classificações, desenvolver a atividade mental. Se esse aspecto não for devidamente valorizado, o educador não possuirá recursos para trabalhar a operação mental da criança, e poderá, indevidamente, valorizar o perceptivo, em detrimento do operatório. Paralelamente, haverá um prejuízo no desenvolvimento da linguagem do educando.

Quanto às séries finais do 1º Grau, a proposta metodológica atende à passagem da etapa das operações concretas para as operações abstratas. A partir dos 11, 12 anos, o processo não mais se limita ao raciocínio sobre o objeto concreto, mas se exerce sobre frases que descrevem as operações concretas, com o predomínio do verbal.

A aplicação desta proposta metodológica visa a ativar o processo que levará ao raciocínio hipotético-dedutivo.

Essa etapa é necessariamente precedida pelo domínio de determinadas operações concretas, o que deverá ser verificado através das diferentes disciplinas. Tais operações são relativas à noção de conservação, de grandeza, peso e volume, às operações com estruturas de classes, de relações e ao número, assim como às estruturas espaço-temporais.

A transição para a etapa final do processo será propiciada por jogos de combinatórias, tanto de objetos como de frases.

A combinatória de objetos já ultrapassa o recurso do simples ensaio-e-erro, dando-se oportunidade ao aluno de trabalhar com sistemas. Embo

ra ainda não reflita sobre as combinações possíveis, e não tenha uma for ma a priori para esgotar as combinações, o aluno pode esgotá-las, atra vés da ação. O sujeito encontra um método exaustivo para atuar, mas ain da não deduz uma fórmula a priori.

O caminho para a dedução está sendo preparado.

O professor, através dos conteúdos teóricos das Ciências, levará o aluno a raciocinar dedutivamente.

Quanto aos conteúdos de Língua, o professor ativará o aluno no jo go das frases, através do reconhecimento da organização lógica de tex tos, da criação de estruturas lingüísticas de diferentes graus de com plexidade, bem como pelo confronto de outros discursos não verbais.

O processo do desenvolvimento mental culmina na adolescência, com a aquisição da capacidade de organização.

O grande risco que a ação educacional coíre, nesse momento, é a de superpor à dinamicidade que leva à autonomia do pensamento um quadro es tático de significações estruturadas.

Valorizando-se a ativação das estruturas vivenciais dentro do pro cesso do desenvolvimento, a ação educacional será efetivamente associada ao projeto de interação Eu-Mundo, Indivíduo-Comunidade, Educação-Cul tura-Trabalho.

Para se viabilizar a presente proposta, elaboraram-se projetos on de as estruturas de linguagem lógico-matemáticas e espaço-temporais com suas leis estão apresentadas sob a forma de jogos com suas regras, que se constituirão nos instrumentos para o professor trabalhar os conteú dos específicos das diversas disciplinas.

A convergência de esforços de diferentes órgãos, Coodenações e Assessorias da SEEC permitirá, a curto prazo e a médio prazo, uma reci clagem da parcela do professorado que ainda não domina o instrumental metodológico proposto, com o auxílio de estagiários das universidades do Estado, para acompanhamento e avaliação dos novos currículos e meto dologias. A longo prazo, o projeto de reformulação de currículos para o Curso de Formação de Professores é peça indispensável para que se atin jam os objetivos propostos.

## Síntese das Propostas para Reformulação de Currículos

### 1. PRÉ-ESCOLAR

O projeto visa a contribuir para que a situação escolar se torne cada vez mais adequada ao processo de desenvolvimento dos alunos. Para tal, foi adotada uma metodologia fundamentada em Piaget, que procura explicitar o processo de desenvolvimento cognitivo e propor situações que ativem esse processo.

Segundo Piaget, a inteligência se constrói a partir das ações que o indivíduo realiza sobre o meio, através de duas funções básicas: assimilação e acomodação. A assimilação corresponde a incorporar os dados da experiência às formas próprias de atividade do sujeito. A incorporação de novos dados, pela qual o sujeito se modifica mediante as pressões do meio, corresponde à função de acomodação. O equilíbrio dessas duas funções determina o pleno desenvolvimento do indivíduo.

A criança do Pré-escolar, na faixa de 2 a 7 anos, está atravessando o primeiro momento de evolução representativa da inteligência, caracterizada pelo pensamento intuitivo. A intuição constituirá então o recurso cognitivo que predominará nas ações da criança nesta fase. Trata-se de um momento intermediário entre os recursos sensorio-motores (do nascimento até dois anos, aproximadamente) e as operações concretas (aproximadamente dos 7 anos até a adolescência).

Tal processo de desenvolvimento aqui sumariamente descrito tem como expressão máxima duas estruturas básicas de organização do mundo: as estruturas lógicas e as estruturas infra-lógicas (espácio-temporais).

Tais estruturas desenvolvem-se simultaneamente, e, para ativá-las, propõem-se jogos de tal forma que a criança, ao jogá-los, domine progressivamente as regras genéticas e estruturais da organização mental.

Para se construírem, tais estruturas exigem, no entanto, uma perfeita integração com outros aspectos da atividade do sujeito. De um lado, se vimos que a inteligência se constrói a partir de ações, o indivíduo necessita dispor de todos os seus recursos sensorio-motores em per



feita harmonia. Identifica-se, então, a necessidade de oferecer à criança jogos específicos de psicomotricidade.

Além disso, a expressão da individualidade para um meio social é fundamental à própria organização interna. A possibilidade de expressão através da palavra, de movimentos, de atividades plásticas, deve ser trabalhada através de uma programação de atividades artísticas e de uma preparação para a leitura e a escrita.

Finalmente, cabe ressaltar que, de adotamos a linguagem lúdica como instrumento de metodologia, estamos propondo que toda atividade escolar vise propiciar à criança situar-se no meio de acordo com seus próprios recursos e realizar, através deles, as descobertas necessárias ao seu processo de desenvolvimento. Isso supõe certas condições psicossociais sem as quais o caráter lúdico da atividade da criança será prejudicado. A vida afetiva e a vida intelectual constituem aspectos indissociáveis de um mesmo processo. No clima da sala de aula, na relação professor-aluno, aluno-colegas, estarão estabelecidas as condições favoráveis à atividade lúdica. Os recursos intelectuais não se construiriam se não visassem a atender a uma disposição afetiva. O crescer e o adaptar-se não são apenas direções intelectuais, são direções que um organismo integrado assume, como resultado inevitável de sentir-se vivo.

Mediante o proposto, estabelecemos como princípio didático-pedagógico:

se,

é através do processo contínuo de assimilações e acomodações que os esquemas cognitivos se estruturam e se sucedem, fornecendo recursos para que o aluno atinja um pensamento autônomo, crítico e criativo, então:

cabe à educação escolar proporcionar situações de aprendizagem que possam ser assimiladas pelo esquema cognitivo de que o aluno dispõe e que lhe apontem obstáculos que o levem a acomodações. Assim, o essencial para o desenvolvimento do aluno é a atividade em exercício e não os seus produtos imediatos.

### 1.1. Objetivos Gerais

- Possibilitar à criança oriunda de um ambiente predominantemente familiar, a participação numa comunidade mais ampla, oferecendo vivências em grupo onde a criança aprenda as regras próprias do convívio social, permitindo assim o desenvolvimento de sua socialização;

- enriquecer as vivências afetivas, sensório-motoras e cognitivas através do convívio social e das atividades de que participa;

- contribuir na tarefa de minorar os efeitos de problemas de

correntes de um meio carente quanto à nutrição e estímulos indispensáveis ao desenvolvimento mental, afetivo e social da criança.

### 1.2. Objetivos Específicos

- facilitar o processo de desenvolvimento intelectual e de socialização, ativando as estruturas cognitivas na passagem do período intuitivo ao período operacional concreto e preparando a aquisição da leitura e da escrita;
- propiciar o desenvolvimento sensório-motor através do jogo com estruturas de tempo e espaço, partindo do conceito do próprio esquema corporal até o domínio dessas estruturas fora do corpo;
- possibilitar atividades para manipulação de objetos, elaboradas de forma a favorecer o desenvolvimento das estruturas lógicas;
- possibilitar a exploração e integração dos recursos criativos e expressivos da criança.

## 2. PRIMEIRO GRAU

A Secretaria de Estado de Educação e Cultura, face à necessidade de reduzir a evasão escolar, o grande índice de retenção que resulta na distorção idade/série, bem como a adequação dos currículos às reais necessidades do desenvolvimento das regiões geo-econômicas do Estado, elaborou, através do Laboratório de Currículos, o Projeto de Reformulação de Currículos para o ensino de 1º Grau, visando integrar os diferentes aspectos educacionais, culturais e de trabalho, com atendimento à orientação filosófica que norteia a política educacional do Estado.

O Projeto consta de Propostas Metodológicas para Alfabetização e Ensino de 1º Grau Regular, que servirão de material de apoio para que, respeitando o seu contexto, a escola possa organizar o currículo pleno. Assim, caberá à escola, com a assistência técnica de diferentes órgãos da SEEC, planejar, executar e avaliar o seu currículo, atendendo às peculiaridades regionais e comunitárias, de acordo com diagnósticos previamente realizados.

A 5ª série, que abrange uma clientela cuja faixa etária se encontra em fase de transição quer no nível mental — passagem da fase das operações concretas para as lógico-formais — quer no nível de escolaridade — passagem do ensino por atividades para o de áreas de estudo —, mereceu especial atenção. Em atendimento ao que foi exposto, por essa razão, incluíram-se neste documento objetivos gerais e específicos de cada área de estudo da 5ª série.

## 2.1. Objetivos

O Ensino de 1º Grau no Estado do Rio de Janeiro tem como objetivo geral proporcionar aos educandos a oportunidade de desenvolver-se como pessoas livres e solidárias, capacitadas a interagir com o meio social e físico em que vivem e dotadas de conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas para o desenvolvimento de condições que resultem na melhoria da vida individual e social.

O Ensino de 1º Grau visa ainda proporcionar ao educando, através de atividades e experiências realizadas na escola e na comunidade:

- o desenvolvimento do pensamento autônomo, crítico e criativo;
- o desenvolvimento de atitudes que favoreçam o relacionamento com seus semelhantes em que se valorize a liberdade pessoal, o respeito ao outro e solidariedade na construção do bem comum;
- a aquisição de conhecimentos que permitam a compreensão e renovação do meio e da cultura em que vivem, visando maior entrosamento e melhoria das condições de vida individual e grupal;
- o exercício de habilidades e/ou atitudes que favoreçam sua integração na sociedade como cidadão profissional competente e agente de desenvolvimento cultural.

## 2.2. Alfabetização

O aparecimento de uma variedade de técnicas de alfabetização nos últimos anos não resultou em melhoria significativa — em quantidade ou qualidade — no rendimento das primeiras séries.

Observamos também que o Alfabetizador, não contando com critérios objetivos para escolher um dentre os "métodos" existentes, acaba por estabelecer o que costuma chamar "método próprio".

Esta solução é insatisfatória porque:

1º) o professor muitas vezes desconhece as causas (os fundamentos teóricos) que o fazem agir de uma forma ou de outra, e passa a exercer sua função automaticamente — o que torna a aula uma rotina antinatural, impedindo a aprendizagem;

2º) sempre se perderá tempo precioso — com decorrências altamente danosas para os alunos — tentando encontrar uma "fórmula bem sucedida" de alfabetizar.

No sentido de reduzir os esforços e alcançar resultados mais objetivos, baseamos o nosso trabalho nos princípios fundamentais da Linguística (e na Psicologia), aplicando-os à tarefa específica de Alfabetização.

O professor passa a contar com um instrumento seguro para seu trabalho, que lhe fornecerá:

1º) a infra-estrutura teórica que o leva a entender porque deve agir de uma forma e não de outra;

2º) a apresentação sistemática dos elementos lingüísticos e suas combinações que o orientarão na evolução das várias etapas da alfabetização.

Esse instrumento chegará ao professor sob a forma de documentos (apostilas), e sua compreensão e aplicação serão levadas através de curso intensivos, acompanhamento ou outras formas ainda de esclarecimentos.

A mudança básica que o professor perceberá nesta nova metodologia diz respeito primordialmente ao conceito de alfabetização.

"Uma pessoa está alfabetizada quando for capaz de ler e compreender tudo o que compreenderia se o que leu fosse dito em linguagem oral e igualmente escrever de forma legível qualquer coisa que poderia dizer".

Sabe-se atualmente que qualquer criança normal em idade escolar domina os mecanismos básicos de sua língua (competência).

A aquisição de linguagem não se exerce sobre uma tábua rasa mas com base na capacidade inata do homem para produzir e compreender orações de sua língua. Não é tarefa pois da escola ensinar a língua à criança, apenas ativar e desenvolver seu desempenho.

Este fato orienta toda a metodologia no sentido de basear o ensino na produção e compreensão de orações sugeridas pelo próprio aluno.

Conseqüentemente a utilização de cartilhas é, por definição, contrária aos fundamentos desta Metodologia.

É importante que o professor não só aceite como incentivo o uso lingüístico da criança.

As diferentes maneiras de falar (dialetos sociais, regionais etc.) não são formas deturpadas, erradas ou pobres de falar. O alfabetizador deve ter em mente que seu aluno pertence a um grupo social específico (família, comunidade etc.), do qual depende de maneira absoluta.

A escola representa um novo mundo para a criança e o professor NÃO PODE ROMPER os laços primários que a ligam a seu grupo social. A alfabetização não pode ser fator de CONFLITO entre os dois mundos, que a criança deve integrar harmoniosamente. Caso isso não

ocorra, não só a alfabetização, mas todo o processo subsequente es-  
tará seriamente comprometido.

Partindo sempre da realidade ORAL do aluno, o professor o o-  
rientará para o reconhecimento das convenções da língua escrita.

O professor levará o aluno a "descobrir" as regras convencio-  
nadas para sua comunicação.

Num primeiro momento o aluno compreenderá a estrutura da fra-  
se através de Transformações e Substituições Lexicais. Com isso  
ficará marcada a relação indissociável entre o Som e o Significado.  
Não há Leitura ou Escrita sem compreensão. O aluno compreenderá  
que as palavras são elementos constituintes da oração. Num segun-  
do momento a palavra será compreendida como constituída de elemen-  
tos menores e, através da comutação, a PRÓPRIA CRIANÇA DESCOBRIRÁ  
o mecanismo pela qual a combinação de relativamente poucos elemen-  
tos permite a constituição de inúmeras palavras.

A criança perceberá esse mecanismo apenas no momento em que,  
sem auxílio do professor, puder combinar elementos conhecidos de  
modo a produzir uma palavra nova, isto é, uma palavra não apresen-  
tada anteriormente.

O aprendizado das regras de leitura e escrita de palavras de-  
ve vir sempre relacionado à sua pertinência a um contexto signifi-  
cativo mais amplo: a frase.

O próprio aluno elaborará orações novas — através das trans-  
formações — com as palavras "criadas" por ele.

O processo de escrita por parte do aluno será instalado, nes-  
te momento, de modo a ficar intrinsecamente associado à função pri-  
mordial: a de registro de transmissão de mensagens significativas.

### 2.3. 5ª Série

#### 2.3.1. A Área de Comunicação e Expressão

Representando o Mundo e auto-expressando-se através de  
signos, o homem criou as várias linguagens com que se comuni-  
ca na vida em sociedade. Visando ao cultivo das mesmas, de  
forma integrada, sistemática e criativa, a área de Comunica-  
ção e Expressão destaca-se como basilar, no âmbito do Currí-  
culo por áreas de estudo. O exercício das atividades simbóli-  
ca e lúdica, ambas subjacentes ao processo de criação verbal,  
plástica, musical e cinestésica, leva ao amadurecimento cog-  
nitivo e afetivo do indivíduo, propiciando sua interação com  
a comunidade cultural de que faz parte e na qual será chama-  
do a atuar produtiva e renovadoramente.

#### 2.3.1.1. Objetivos Gerais:

No que tange aos objetivos gerais da área de Comunicação e Expressão, entendemos que o aluno, no decorrer do processo educativo, deverá ser capaz de:

- ampliar sua possibilidade de utilização das diferentes formas de linguagem para transmitir idéias (comunicação) e exteriorizar seus sentimentos, sensações e volições (expressão);

- ampliar sua compreensão de mensagens codificadas em linguagem verbal e não-verbal, quer ouvindo-as, quer lendo-as, quer observando-as;

- transferir, na medida do possível, relações e significações expressas em formas plásticas, musicais, dramáticas e cinestésicas para forma verbal e vice-versa;

- expressar sua emotividade e imaginação, pela utilização livre e criativa de formas verbais, plásticas, musicais e cinestésicas;

- distinguir as funções da linguagem e os componentes do ato de comunicação;

- identificar as formas básicas e relações estruturantes que nas várias linguagens permitem a organização da mensagem;

- utilizar-se dos conhecimentos adquiridos nessa área de estudo para aumentar sua capacidade de apreensão dos problemas relativos às demais áreas de conhecimentos;

- auto-avaliar suas aptidões no âmbito das várias linguagens, atingindo um conhecimento mais pleno de si mesmo e de suas possibilidades de criação verbal, plástica, musical e cinestésica;

- valer-se dos conhecimentos e habilidades adquiridos nessa área de estudo para, como indivíduo, enriquecer sua vida e sua capacidade de atuação na comunidade.

#### 2.3.1.2. Língua Portuguesa: Objetivos

Relativamente à Língua Portuguesa, considera

mos que, na 5.<sup>a</sup> série, o aluno deverá basicamente ser capaz de:

- identificar o diálogo como forma básica do ato de comunicação;

- distinguir os elementos que compõem o diálogo — falante, ouvinte e assunto — relacionando-os com as formas pronominais que os indicam linguisticamente;

- concluir que em uso, a língua varia regional, social e individualmente;

- utilizar a adequada entoação frasal para o perfeito entendimento da mensagem;

- produzir frases simples, oralmente e por escrito, com adequada estruturação sintática;

- servir com propriedade, precisão e expressividade do vocabulário da língua;

- resumir adequadamente uma mensagem ouvida ou lida;

- elaborar pequenas narrativas, diálogos, descrições, em linguagem clara e expressiva;

- transferir frases da voz ativa para a voz passiva;

- dominar a morfologia de alguns dos verbos irregulares mais usados na linguagem corrente;

- identificar as flexões dos nomes em Português;

- automatizar as regras básicas de concordância;

- relacionar língua e cultura através da análise de exemplos de fraseologia, gíria, letras de música folclórica, nomes de lugares e acidentes geográficos locais.

#### 2.3.1.3. Artes Plásticas: Objetivos

O aluno deverá ser capaz de:

- fazer uso adequado de elementos básicos da linguagem plástica: ponto, linha, forma, cor, espaço, e chegar à compreensão dos outros elementos de estrutura, escala, equilíbrio, tamanho, tensão e ritmo;

- expressar-se com liberdade de recursos gráficos, a partir de estímulo visuais, sonoros e táteis;

- observar e interpretar livremente estruturas orgânicas simples (ramificações e simetria);

- planejar e executar trabalhos simples com ordem e disciplina;
- organizar-se em equipe para execução de tarefas ou trabalhos de atelier;
- inventar estruturas a partir do material disponível;
- usar o próprio corpo como meio de expressão;
- interpretar com liberdade técnica, dentro de linguagem plástica apropriada, conjuntos simples de objetos apresentados e observados;
- explorar sua individualidade e espontaneidade;
- manipular uma linguagem que seja significativa de sua idade e sua época;
- usar com liberdade inventiva as variadas técnicas de expressão plástica.

#### 2.3.1.4. Educação Musical: Objetivos

O aluno deverá ser capaz de:

- praticar música, isto é, cantar individualmente ou em grupo, comparecer a espetáculos musicais, ouvir, entender e discutir a mensagem musical.
- tocar qualquer instrumento, por mais simples que seja, de percussão ou uma flauta doce, fazendo parte de conjunto.
- usar algum meio de expressão musical: o próprio corpo em movimento e como instrumento de percussão; a voz na fala e no canto; todo o material sonoro incluindo instrumentos populares e tradicionais.
- conhecer e reconhecer: timbres, pontuação no discurso musical conduzindo à fraseologia, frequência ritmo-melódicas encontradas principalmente na música brasileira, estruturas, formas, elementos da música.
- inventar, por mais simples que sejam, pequenas estruturas melódicas e rítmicas, partindo de variantes de canções conhecidas ou de improvisações.

#### 2.3.1.5. Língua Estrangeira: Objetivos

O aluno deverá ser capaz de:

- ampliar o poder de comunicação, através da



assimilação de um novo conjunto de símbolos e estruturas lingüísticas da língua estrangeira;

- fazer uso das estruturas básicas da língua estrangeira, através da ativação das estruturas mentais;

- compreender e expressar-se na língua estrangeira, utilizando frases simples referentes a expressões essenciais e básicas da vida cotidiana;

- adquirir o ritmo e a entonação característica da língua estrangeira;

- escrever frases elementares que se diversifiquem em outras dificuldades progressivas;

- reconhecer na língua falada e escrita um sistema de símbolos interdependentes;

- pesquisar sobre os hábitos e costumes expressivos da civilização dos países onde a língua é usada;

- oferecer um ponto de referência que permita o estabelecimento de analogias e diferenciações com a língua nativa própria, conduzindo-o à reflexão e à conscientização;

- ampliar suas capacitações quanto à inserção no mercado de trabalho.

### 2.3.2. Área de Ciências

#### 2.3.2.1. Objetivos Gerais

- vivenciar experiências concretas em relação aos fenômenos que ocorrem no meio circundante, classificando, fazendo opções e avaliando resultados;

- desenvolver o pensamento lógico através do reconhecimento de estruturas comuns a diversas experiências, tanto nos seus aspectos qualitativos quanto quantitativos;

- estruturar experiências, movimentando-se progressivamente do plano de operações concretas para o plano de operações abstratas.

#### 2.3.2.2. Matemática: Objetivos

- definir conjuntos nomeando os objetos que os constituem e utilizando propriedades características de seus elementos;

- determinar subconjuntos de um conjunto dado;
- determinar a interseção, a reunião e a diferença de conjuntos;
- estabelecer relações entre conjuntos;
- reconhecer propriedades das relações definidas em um conjunto;
- estabelecer a recíproca de uma relação;
- estabelecer bijeções entre dois conjuntos;
- reconhecer função como caso particular de relação;
- identificar o plano como conjunto infinito de pontos e a reta como particular subconjunto infinito de pontos do plano;
- identificar retas paralelas e reconhecer o conjunto de retas paralelas a uma reta dada (direção);
- identificar retas perpendiculares;
- identificar semiplano como particular subconjunto infinito de pontos do plano;
- reconhecer ângulo como subconjunto infinito de pontos do plano;
- realizar medidas de ângulos utilizando as unidades convencionais;
- reconhecer um número natural como cardinal de um conjunto finito;
- reconhecer a adição e a multiplicação como operações definidas no conjunto dos números naturais;
- identificar as propriedades de fechamento: associativa, comutativa e do elemento neutro da adição e da multiplicação de números naturais;
- definir divisão euclidiana no conjunto dos números naturais;
- determinar o m.d.c. e o m.m.c. de dois ou mais números naturais;
- estudar os eventos possíveis em determinadas situações;
- observar pontos de maior e menor incidência em um dado evento;
- prever resultados, a partir da observação de experiências repetidas.

### 2.3.2.3. Ciências: Objetivos

O aluno deverá ser capaz de:

- examinar problemas experimentais e concluir "fatos" relativos a elementos do meio em que vive, relacionando as exigências dos seres vivos e a variação do meio ambiente, reconhecendo as possibilidades de transformações das coisas na natureza.

- utilizar o método científico, analisando e propondo soluções para os problemas relacionados à ciência, ordenando fatos, organizando tabelas, construindo gráficos, levando em consideração a seqüência do crescimento de uma planta, relação entre este crescimento e a quantidade de luz, etc...

- reconhecer que, utilizando fatos e princípios científicos, pode tirar maior proveito daquilo que percebe e que vivencia, reconhecendo as partes de um animal e/ou vegetal relacionadas com proteção, locomoção ou respiração, relacionando estruturas e funções dos seres vivos com seu habitat.

- procurar soluções lógicas, analisando e propondo soluções para situações relacionadas às ciências, planejando e executando experiências para explicar as transformações ocorridas na natureza.

### 2.3.3. Área de Estudos Sociais

#### 2.3.3.1. Objetivos Gerais:

O aluno deverá ser capaz de:

Conhecer a realidade social que o cerca, compreendendo o sentido de mudança que a caracteriza, engajando-se como colaborador ativo no processo social, exercendo uma cidadania consciente, incorporando-se à força de trabalho, interessando-se por um contínuo e crescente aperfeiçoamento individual atendendo à necessidade de auto-realização.

#### 2.3.3.2. Objetivos Específicos:

O aluno deverá ser capaz de:

. Situar-se:

- no espaço local, estadual, regional, nacional;

- no tempo, em relação a acontecimentos não muito distantes, relativos à história do Brasil;
  - no tempo histórico, em relação a passado, presente, futuro e contemporaneidade na comunidade.
- . Situar, através da localização absoluta e relativa:
- eventos e fatos geográficos em estados e no Brasil;
  - acontecimentos na história do Brasil, dentro de um determinado contexto histórico;
  - datas, períodos e épocas históricas no tempo.
- . Inserir em contextos mais abrangentes:
- o espaço regional e nacional;
  - séculos em maiores períodos de tempo;
  - grupos e organismos nacionais e internacionais.
- . Identificar variações, tendências, mudanças, processos de transformação:
- no meio físico: (clima, relevo, vegetação, etc.)
  - na população brasileira: crescimento, estrutura, mobilidade vertical (classes) e horizontal (migrações);
  - no uso e na ocupação da terra — atividades econômicas: primárias, secundárias e terciárias no Brasil;
  - nas formas, regimes e sistemas políticos, e sociais no Brasil (monarquia, república, democracia, etc.);
  - na forma, regime e sistema político, econômico, social dentro de uma mesma época histórica (descontinuidade: revoluções).
- . Empregar adequadamente:
- conceitos usados em Estudos Sociais e material específico;

- simbologia (sinais e convenções);
- os passos do método científico.
- . Representar:
  - espaços, acontecimentos, períodos de tempo, organizações, através de maquetes, desenhos, croquis, gráficos, tabelas e ma-trizes, linhas de tempo, sociogramas e organogramas.
  - objetos, idéias e realidades, através de símbolos e dramatizações.
- . Ler e interpretar:
  - símbolos, mapas, gráficos; tabelas e ma-trizes; sociogramas e organogramas; linhas de tempo e escalas.
- . Ordenar (ordem direta e inversa):
  - dados - demográficos, de extensão territo-rial e de produção (locais, regionais, nacionais);
  - datas, períodos, épocas e seqüências cronológicas (relacionados essencialmente a fatos ligados à vida da criança, da comu-nidade e do Brasil).
- . Analisar:
  - os padrões de distribuição, no presente e no passado:
    - \* dos aspectos físicos;
    - \* dos aspectos demográficos locais, regio-nais e nacionais (etnia, religião, etc);
    - \* das atividades econômicas primárias, secundárias e terciárias locais, regionais e nacionais;
    - \* dos centros e áreas urbanas estaduais , regionais e nacionais;
    - \* dos meios de comunicação — (redes de transportes) — locais, regionais e nacionais;
    - \* dos aspectos da cultura material e não material local, regionais e nacionais;

- \* dos grupos sociais em função das atividades econômicas;
  - \* das organizações complexas: econômicas, sociais, políticas — no Brasil;
  - datas, acontecimentos, vultos históricos, períodos e épocas, relativos à história local e do Brasil;
  - composição dos grupos sociais em função das atividades econômicas no tempo (grupos tribais, classes sociais) na região e no Brasil.
- . Classificar e analisar:

- o espaço regional e brasileiro quanto a:
  - \* homogeneidade de aspectos físicos, demográficos e organização sócio-econômica e política;
  - \* função: agrária, industrial, comercial, político-administrativa, turística, cultural, religiosa;
  - \* polarização: centros urbanos/área polarizada:
    - a) grupos locais, regionais e nacionais quanto a funções, finalidades e atribuições; e
    - b) instituições e organismos locais, regionais e nacionais quanto a funções, finalidades e atribuições:
      - políticas (Governo)
      - religiosas (Igreja)
      - defesa e segurança (Forças Armadas, Polícia, etc)
      - econômicas, recreativas, filantrópicas e científicas.

. Estabelecer, nos fenômenos e fatos da organização espacial (regional e nacional), relações:

- pluricausais
  - funcionais
  - de evolução histórica
- . Analisar relações:
- área urbana e rural
  - regiões

- de interdependência, no espaço (local, regional e nacional) e no tempo entre:
  - \* indivíduo e grupo
  - \* grupos
  - \* instituições e poderes
  - \* regiões e países (Brasil)
  - \* desenvolvimento e tecnologia
  - \* sistemas de organização espacial, econômica, social e política
- . Participar e atuar
  - elaborando normas e regras de conduta para si e no grupo
  - adotando padrões de comportamento, normas e regras
  - respeitando códigos e leis
- . Levantando problemas e sugerindo soluções:
  - na organização do espaço individual e coletivo
  - nos acontecimentos de sua vida e a da comunidade
- . Valorizar a contribuição de indivíduos, comunidades, países para a sobrevivência, bem-estar e existência pacífica das comunidades.

## 2.4. Matérias Determinadas pelo Art. 7º, Lei 5.692/71

### 2.4.1. Educação Religiosa

A Educação Religiosa, hoje, é dada como integração de valores num tipo de civilização científica, técnica, urbana e industrial.

Vários temas da atualidade necessitam ser considerados à luz da Revelação: os de interesse social (desenvolvimento integral da pessoa e da comunidade humanas; construção de um mundo melhor), os de interesse da juventude (amor, sexo, liberdade, justiça...) e os de significado vital (a dor, o mal, a morte, a vida).

Visando ao desenvolvimento da consciência pessoal, a Educação Religiosa leva o educando a assumir atitudes de resposta, individual e comunitária, às suas interrogações mais profundas e a encontrar, dentro de uma educação integral, o

verdadeiro sentido da cultura e da ciência, para que dê sua livre adesão à Mensagem divina.

A Educação Religiosa é um grande fator de liberação e de humanização dos educandos, pois contribui essencialmente para a compreensão do mundo e da vida à luz da fé.

Os Credos devem oferecer seus préstimos ao Estado para promover o desenvolvimento integral da pessoa, o bem da comunidade e a edificar a sociedade de maneira mais humana.

As autoridades religiosas credenciadas desejam-no em linha confessional. Cada Credo elaborará sua própria programação levando o professor a apresentar o ensino religioso não meramente moralista e passivo mas fundamentado na Bíblia e exigindo uma fé esclarecida e comprometida.

A indicação de todos os elementos que vão atuar na área de Educação Religiosa é da competência exclusiva das autoridades religiosas devidamente credenciadas perante a Secretaria de Educação e Cultura.

Tratando-se de campo tão específico, só elas serão capazes de julgar e dar os critérios para a escolha, entre os quais se contam o conhecimento e a vivência de fé.

O ensino será articulado com a vida concreta, baseado na Revelação numa perspectiva antropológica que, ajudando os educandos a se abrirem à resposta à mensagem divina, toma como ponto de partida a própria existência, nela descobrindo a dimensão religiosa.

A experiência vivida (família, escola) tende para uma gradual explicitação da Mensagem religiosa e sua vivência na comunidade dos crentes.

O ensino será especificamente escolar, os modos e os limites só se determinam corretamente se colocados do ponto de vista da escola, isto é, partindo-se de sua natureza, das suas finalidades, do seu modo de ser.

O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina nos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus e Supletivo.

Quanto aos objetivos gerais, enunciam-se:

- despertar e aprofundar o sentido de Deus criador de tudo e de todos;
- auxiliar o aluno a descobrir o valor da fraternidade, como pessoa que se desenvolve em solidária relação com seu semelhante;



- proporcionar ao aluno oportunidade de conhecer a doutrina religiosa, vivendo sua fé como resposta aos problemas mais profundos do Homem, dentro de um mundo em evolução, sem descuidar o seu aperfeiçoamento pessoal.

- propiciar ao aluno os meios de desenvolver suas próprias convicções religiosas, manifestando ao mesmo tempo o respeito às convicções diferentes das suas.

- ampliar os conhecimentos religiosos do aluno, buscando a coerência entre o que aprende e o compromisso de vivência.

#### 2.4.2. Educação Moral e Cívica

A Educação Moral e Cívica tem o propósito de dinamizar a sociedade através do amor e da fraternidade, alicerçando a ação multiplicadora dos atos humanos no sentido do bem comum, objetivando a perpetuação do espírito jovem frente aos desafios da comunidade universal.

A Educação Moral e Cívica tem incidência marcante na Escola, atingindo também a Família e a Comunidade e objetivando a formação do caráter, que está estreitamente relacionada com a Axiologia ou ciência do valor.

A Doutrina da Educação Moral e Cívica permitirá formar as circunstâncias necessárias para que a criança, o adolescente e o adulto brasileiros usem de seu livre arbítrio para participar como cidadãos dos destinos democráticos do Brasil.

##### 2.4.2.1. Objetivos Gerais:

- a defesa do princípio democrático, a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;

- a apresentação da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade;

- o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;

- o respeito à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;

- o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;

- a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do país;

- o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na ação construtiva, visando o bem comum;

#### 2.4.2.2. Objetivos Específicos

Levar o aluno a:

. Planejar, realizar e avaliar cooperativamente atividades de trabalho:

- expondo sua opinião com desembaraço e segurança;
- respeitando, aceitando ou não, a idéia do companheiro, valorizando o esforço em equipe, acima do individualismo;
- ouvindo e falando na hora oportuna;
- aceitando a solução vitoriosa;
- desempenhando satisfatoriamente as responsabilidades assumidas.

. Compreender que todos têm direitos e deveres, devendo existir igualdade de oportunidades.

. Interpretar aspectos legais que regulamentam os direitos e deveres dos trabalhadores.

. Identificar diferentes aspectos folclóricos dos Estados ou Regiões, tais como: costumes, festas típicas, pratos típicos, vestuário, fazendo comparações.

. Observar e justificar a influência dos elementos formadores de nossa população.

. Destacar a contribuição do imigrante, reconhecendo a sua importância para o desenvolvimento principalmente das Regiões Sul e Sudeste.

. Enumerar e justificar os principais acontecimentos históricos ocorridos nas diferentes regiões, levantando dados sobre os principais vultos a eles relacionados.

. Visitar museus, casas históricas, pesquisando sobre a época de construção, envolvendo aspectos artísticos, sociais, políticos, sócio-econômicos.

. Reconhecer a importância das cidades históricas (Parati, Ouro Preto, etc.) justificando os motivos de seu esplendor no passado.

. Admitir a importância da conservação de objetos, monumentos, edificações e cidades de valor histórico.

### 2.4.3. Educação Física

#### 2.4.3.1. Objetivos Gerais

A Educação Física tem por objetivo desenvolver e aprimorar forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constituindo-se num dos fatores básicos da educação.

#### 2.4.3.2. Objetivos Específicos

Através da educação física, desportiva e recreativa realizar atividades que levem o aluno a:

- aprimorar o desenvolvimento corporal e mental harmonicamente;
- consolidar hábitos higiênicos;
- desenvolver a melhoria de aptidão física;
- estimular a criatividade;
- despertar o espírito comunitário;
- desenvolver o senso moral e cívico;
- completar a formação integral da personalidade;
- utilizar adequadamente o tempo de lazer;
- ativar uma perfeita sociabilidade;
- estimular as tendências de liderança;
- adquirir novas habilidades;
- possibilitar o fortalecimento da vontade;
- implantar hábitos sadios.

### 2.4.4. Programas de Saúde

#### 2.4.4.1. Objetivos Gerais

Propiciar ao educando conhecimentos e vivências que lhe possibilitem melhores condições de bem estar físico, mental e social.

#### 2.4.4.2. Objetivos Específicos

Levar o aluno a:

- utilizar, quando necessário, as instituições locais ligadas à saúde;
- reconhecer a vantagem do aproveitamento de produtos locais;
- conscientizar o indivíduo da necessidade de adoção de medidas de proteção contra certas doenças;
- desenvolver hábitos de higiene compatíveis com a saúde física e preservação do meio ambiente;
- organizar a alimentação por meio da seleção de nutrientes que satisfaçam as exigências orgânicas, de acordo com a faixa etária e atividades desenvolvidas;
- vestir-se de modo adequado ao clima da região;
- analisar a necessidade e os métodos mais utilizados na preservação de alimentos (pasteurização, fervura);
- levantar dados junto ao serviço de Engenharia Sanitária sobre os recursos empregados para o Saneamento da Comunidade (rede de esgotos, tratamento de água, combate aos mosquitos);
- organizar equipes para prestação de socorros de urgência, em colaboração com o Gabinete Médico.

#### 2.5. Temas Especiais

##### 2.5.1. Ecologia

###### 2.5.1.1. Objetivos Gerais

- conscientizar o educando da sua dependência em relação ao meio-ambiente, bem como dos efeitos prejudiciais à saúde física e mental decorrentes da ação predatória do homem;
- fazer o aluno participar de campanhas que visem a defesa do meio-ambiente.

###### 2.5.1.2. Objetivos Específicos

O aluno deverá ser capaz de:

- observar a natureza, compreendendo sua importância para a saúde mental;

## 2.6. Formação Especial

A formação especial, como parte integrante do currículo de 1º Grau, tem como objetivos a sondagem de aptidões e a iniciação para o trabalho. Estes objetivos são preliminares à desejada habilitação profissional a ser alcançada a nível de 2º Grau.

Ao ser definida pela Lei 5.692/71 como parte integrante do currículo, juntamente com a "educação geral", a formação especial acontece na escolaridade, formando um todo harmônico com a educação geral no currículo pleno.

Assim, pode-se indicar como objetivos de formação especial para o 1º Grau:

Oferecer aos alunos oportunidade de:

- manifestar seus interesses, suas habilidades e suas capacidades em relação aos setores de atividade produtiva;

- identificar gradualmente a predominância de alguns interesses, habilidades e capacidades que possam servir de indicadores de uma tendência profissional;

- entrar em contato com as atividades profissionais que se realizam, no contexto de sua realidade local, nos diversos setores de trabalho;

- exercer atividades ocupacionais relacionadas ao mercado de trabalho da comunidade em que vive.

## 3. SEGUNDO GRAU

Os subsídios que se oferecem na presente proposta para reformular os currículos do 2º Grau incluem dois tipos de Formação Especial: Habilitações Básicas e Magistério.

As Habilitações Básicas, formação em áreas profissionais abrangentes, objetivam preparação predominantemente tecnológica, não restrita a uma profissão específica e sim atingindo toda uma gama de atividades afins. A capacitação profissional deverá ser completada quando o aluno ao término do curso iniciar uma atividade profissional, com treinamento na própria empresa ou realizando cursos em instituições especializadas.

A reestruturação do curso de Formação de Professores responde a uma necessidade reclamada em vários pronunciamentos oficiais. Será efetuada em caráter experimental por currículo que, através de nova metodologia, possibilite a esse curso o rigor científico baseado na Ciência Contemporânea. A reformulação estimula também a necessária vinculação com as diversas realidades contextuais em que se situam as escolas.

### 3.1. Habilitações Básicas

#### 3.1.1. Objetivos:

- Reformular os currículos para o Ensino de 2º Grau regular no Estado do Rio de Janeiro, a partir do diagnóstico sócio-econômico, educacional e cultural dos municípios, tendo em vista a diversificação e adequação dos novos currículos aos diferentes contextos onde se situam as escolas e as respectivas clientelas.

- Sugerir alternativas curriculares para a Formação Especial, tendo em vista o Parecer 76/75 do Egrégio Conselho Federal de Educação, de tal forma que as necessidades do desenvolvimento tecnológico contemporâneo sejam atendidas, e a formação do futuro profissional seja embasada por eficiente e sólida educação geral.

- Oferecer subsídios necessários à elaboração dos currículos plenos dos colégios estaduais de 2º Grau.

#### 3.1.2. Síntese

No atual estágio do desenvolvimento brasileiro, o grande desafio para o sistema educacional está na formação de elementos em condições de penetrar no mundo do trabalho com sucesso. A cada momento surgem novas técnicas. Renovam-se as especializações. Como atualizar os recursos da escola para formar mão de obra especializada se o know-how se renova durante o próprio tempo útil de duração do curso?

Estudos recentes demonstram que quanto mais complexo for o sistema da divisão de trabalho gerado pelas modernas técnicas de produção, mais altos serão os níveis de educação geral exigidos pela especialização funcional. Este é o postulado fundamental deste projeto: grande ênfase na Educação Geral.

É um esforço de democratização da escola. Integrar na sociedade uma clientela que tem dificuldade de se beneficiar das oportunidades educacionais quando, paradoxalmente, a Escola é o único recurso para a ampliação de suas perspectivas de vida.

Habilitações Básicas surgem portanto como mais uma opção além da formação profissional de Nível Técnico e de Auxiliar Técnico previstos pelo Parecer 45/72; mais uma alternativa para a execução da Lei 5.692/71: a formação por área de atividade, sujeita a posterior treinamento específico. Distinquem-se pois as Habilitações Básicas, apoiadas no Parecer 76,

daquelas habilitações previstas no Parecer 45. Enquanto estas visam ao preparo para o exercício de uma ocupação definida, aquelas visam ao ingresso em determinado ramo ou área de atividade.

Para melhor definir a conveniência em prosseguir com a formação de Nível Técnico e de Auxiliar Técnico em cada caso específico, vem sendo desenvolvida uma pesquisa, com um estudo da situação particular de cada escola. Pretende-se o conhecimento objetivo dos recursos humanos e materiais disponíveis, a fim de que sejam oferecidos cursos com condições de um desempenho eficaz.

As Grades Curriculares, ora apresentadas, foram reformuladas a partir de sugestões oferecidas pelos senhores Diretores, nos encontros promovidos pela Coordenação de 2º Grau, entre a diretoria das escolas e o Laboratório de Currículos.

Conforme a posição firmada em comunicações anteriores, as mudanças serão introduzidas gradativamente. A divulgação das Grades de Habilitações Básicas não implica alterações nas cargas horárias do corrente ano letivo.

O projeto em pauta, já submetido aos Conselhos Estaduais de Educação e Cultura, foi aprovado pelo Parecer nº 240/76 de 22 de junho de 1976; no decorrer do 2º semestre, os senhores Diretores e professores deverão recebê-lo em suas escolas.

Chama-se atenção, entretanto, que de acordo com a política de Regionalização desta Secretaria, as estratégias da ação educativa devem corresponder à variedade dos contextos, sendo, portanto, flexíveis e diversificadas. "Se é sabido que o currículo é uno em seu sentido amplo, ele não deve deixar de refletir peculiaridades regionais e até locais que não afetem estruturalmente a sua formação."<sup>(1)</sup> A posição é incentivada por este Projeto, com oferta de uma gama de sugestões de disciplinas alternativas a serem integradas, tanto na parte de Educação Geral quanto na de Formação Especial. Cargas horárias destinadas a disciplinas não obrigatórias, como Língua Estrangeira e/ou Orientação Educacional, que exigem condições nem sempre acessíveis às escolas, poderão ser utilizadas de modo diverso, segundo os recursos, as necessidades da comunidade e a disponibilidade de professores habilitados.

Toda ênfase é dada à otimização dos recursos humanos e materiais, em que se compreende também o melhor aproveitamento do tempo que o aluno passa na escola.

---

(1) Prolider

Os subsídios apresentados para organização dos conteúdos programáticos deverão ser adequados pelas equipes das escolas, a quem caberá a seleção dos elementos que o meio oferece, contando para essa tarefa com a participação dos órgãos específicos da Secretaria de Estado de Educação e Cultura.

### 3.1.3. Grades Curriculares

#### Habilitações Básicas

		D I S C I P L I N A S	SÉRIES			TH	HORAS	
			1ª	2ª	3ª			
EDUCAÇÃO GERAL	NÚCLEO COMUM	LÍNGUA PORTUGUESA E LIT. BRASILEIRA	4	2	2	240	1140	
		HISTÓRIA	2	2		120		
		GEOGRAFIA	3			90		
		ORG. SOCIAL E POLÍTICA DO BRASIL			1	30		
		FÍSICA	2	2	2	180		
		QUÍMICA	2	2	2	180		
		BIOLOGIA	2	2		120		
		MATEMÁTICA	2	2	2	180		
	ATIVIDADES COMUNS OU ART. 7	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	2			60		360
		EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	2			60		
		EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2	180		
		PROGRAMAS DE SAÚDE			2	60		
	FORMAÇÃO ESPECIAL INSTRUMENTAL	CÁLCULO APLICADO	2	2	2	180		600
		LÍNGUA PORTUGUESA - TEXTOS	2	2	2	180		
ESTUDOS REGIONAIS			2		60			
LÍNGUA ESTRANGEIRA		2	2	2	180			
FORMAÇÃO ESPECIAL PROFISSIO-NALIZANTE						570		
TOTAIS		29	30	30		3240		
OBRIGATÓRIO PARA ESCOLA	ENSINO RELIGIOSO	1	1	1	90	180		
	ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	1	1	1	90			



HABILITAÇÕES BÁSICAS

FORMAÇÃO ESPECIAL	PROFISSIONALIZANTE QUÍMICA	Técnicas de Laboratório	3	3	180	570
		Análise Química	3	6 <del>4</del>	270 <del>120</del>	
		Processos Químicos Industriais	2	2	120	
			8	11	570	

FORMAÇÃO ESPECIAL	PROFISSIONALIZANTE SAÚDE	Saúde e Bem-Estar Social	2		60	570
		Fundamentos de Assistência de Saúde	4	6	300	
		Atendimento de Emergência		3	90	
		Estrutura de Saúde	2		60	
		Noções de Anatomia e Fisiologia		2	60	
			8	11	570	

FORMAÇÃO ESPECIAL	PROFISSIONALIZANTE MECÂNICA	Tecnologia Mecânica	3	5	240	570
		Fabricação Mecânica	3	4	180	
		Desenho Técnico	2	2	120	
			8	11	570	

FORMAÇÃO ESPECIAL	PROFISSIONALIZANTE ELETRICIDADE	Eletricidade	4	5	270	570
		Instalações Elétricas	2	4	180	
		Desenho Técnico	2	2	120	
			8	11	570	

HABILITAÇÕES BÁSICAS

FORMAÇÃO ESPECIAL	PROFISSIONALIZANTE ELETRÔNICA	Eletrônica e Eletricidade	4	5	270	570
		Sistema Eletrônico	2	4	180	
		Desenho Técnico	2	2	120	
			8	11	570	

FORMAÇÃO ESPECIAL	PROFISSIONALIZANTE AGROPECUÁRIA	Agricultura	3	4	210	570
		Zootécnica	3	3	180	
		Economia e Administração Agrícola	2	4	180	
			8	11	570	

FORMAÇÃO ESPECIAL	PROFISSIONALIZANTE CONSTRUÇÃO CIVIL	Tecnologia dos Materiais e da Construção	3	4	210	570
		Desenho Técnico	2	2	120	
		Projetos de Construção Civil	3	3	180	
		Topografia		2	60	
			8	11	570	

FORMAÇÃO ESPECIAL	PROFISSIONALIZANTE COMÉRCIO	Economia e Mercado	3	5	240	570
		Organização e Normas Técnicas	3	3	180	
		Contabilidade e Custo	2	3	60	
			8	11	570	

HABILITAÇÕES BÁSICAS

FORMAÇÃO ESPECIAL	PROFISSIONALIZANTE ADMINISTRAÇÃO	Organização de Empresas	4	6	300	570
		Administração Geral	2	2	120	
		Noções de Contabilidade Geral		3	90	
		Legislação	2		60	
			8	11	570	

FORMAÇÃO ESPECIAL	PROFISSIONALIZANTE CRÉDITO E FINANÇAS	Legislação	2		60	570
		Fundamentos e Serviços de Crédito e Finanças	3	5	240	
		Instrumentos e Técnicas de Trabalho	3	4	210	
		Ética e Atendimento		2	60	
			8	11	570	

3.2. Formação de Professores

3.2.1. Objetivos Gerais

Formar professores de 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> séries do 1º Grau, conscientes de seu futuro desempenho profissional. Levar os alunos à aquisição de autonomia de pensamento e ao crescimento emocional, fatores indispensáveis à sua futura atuação.

3.2.2. Objetivos Específicos

Assegurar a compreensão da Educação como campo da Ciência Aplicada, através do indispensável embasamento em Ciências Sociais.

Oferecer condições de terminalidade ao curso, bem como estímulo à continuidade, visando à atualização permanente na área de Educação.

3.2.3. Síntese

A meta principal que se pretende atingir como reformulação do Curso de Formação de Professores é garantir que os egressos de tais cursos estejam preparados para realizar tarefa de tão elevada responsabilidade como a de orientar e auxiliar o desenvolvimento da criança.

Procurou-se então atribuir a essa habilitação caráter eminentemente profissionalizante, de modo a atrair apenas aqueles que pretendam ingressar na força de trabalho e, ao mesmo tempo, possibilitar a continuidade dos estudos em termos de aperfeiçoamento constante na Área de Educação.

Para isso, buscou-se selecionar na Ciência Contemporânea o conjunto de princípios teóricos que irão constituir a nova metodologia do currículo.

É necessário que o futuro professor seja consciente da importância da vivência escolar para o desenvolvimento afetivo da criança, assim como do processo de aquisição da atividade simbólica e das estruturas cognitivas, lógicas e infralógicas.

Além das disciplinas do Núcleo Comum, o Currículo oferece o embasamento teórico necessário pela disciplina de Fundamento da Educação. As disciplinas técnico-profissionais, como Didática e Estágio Supervisionado, deverão contar com equipes interdisciplinares que sejam capazes de efetivar na prática o que a fundamentação teórica exige.

A formulação plena do currículo (ver Grade Curricular) se realizará em cada unidade escolar, em função de sua realidade contextual. Levar o professor e toda a equipe de cada escola ao reconhecimento dessas necessidades é ponto fundamental.

No que toca à dinâmica de aplicação dos novos currículos, nossa proposta apresenta disciplinas que obrigatoriamente serão oferecidas a todos os alunos da rede, de acordo com os conteúdos mínimos estabelecidos pelo CFE, e disciplinas eletivas, levando-se em conta as diversidades regionais, as necessidades locais e recursos humanos e materiais com que conta cada estabelecimento de ensino.

A flexibilidade necessária, no entanto, só poderá ser atingida em regime de créditos e matrícula por disciplina.

Tal sistema torna-se indispensável, uma vez que a importância da tarefa para a qual estarão sendo preparados os alunos não permite que se ofereça currículo mais pobre aos candidatos que apresentam maiores limitações. Além do mais, será possível, assim, respeitarem-se as possibilidades individuais de uma clientela que se torna cada vez mais heterogênea. A realidade impõe ainda o oferecimento desses cursos em turnos da noite. Torna-se imperioso criar condições de formação

adequada e satisfatória para todos os que demonstrem real interesse pelo exercício da função do educador.

A escola apresentará uma seqüência ideal de currículo que, no entanto, poderá sofrer certas modificações para atender a casos particulares de alunos.

A presente proposta apresenta sistematização, de início, mais próxima do regime seriado (matrícula em disciplinas anuais). Esta limitação inicial visa atender à realidade de uma infra-estrutura que deverá ser progressivamente aperfeiçoada. Este regime aumentará sensivelmente o serviço das Secretarias das escolas e mobilizará grande parte dos esforços do Serviço de Orientação Educacional, em termos de sondagem de aptidões e acompanhamento do desempenho escolar dos alunos, e de Orientação Pedagógica, que deverá efetuar planejamento que permita atender à diferenciação do ensino. Por isto, a implantação deste regime merecerá atenção especial e será feita gradativamente, com assistência direta da Coordenação de 2º Grau e do Laboratório de Currículos.

Do exposto, espera-se ter ficado esclarecido o quanto é importante a reformulação do currículo para a Formação de Professores. Ao condicionar a melhoria do nível qualitativo do processo ensino-aprendizagem à incorporação na prática educacional dos princípios da Ciência Contemporânea, juntamente com a investigação das diferentes realidades regionais do Estado, espera-se que o professor incorpore esses princípios à sua prática cotidiana, contribuindo-se assim para a formação de verdadeiros professores-pesquisadores.

3.2.4. Grade Curricular

		DISCIPLINAS	Total de Créditos
GERAL	COMUM	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	20
		Geografia	4
		História	4
		O.S.P.B.	4
		Matemática	14
		Física	4
		Química	4
	Biologia	4	
EDUCAÇÃO	ART. 7º	Ensino Religioso	-
		Educação Física	12
		Educação Artística	4
		Educação Moral e Cívica	4
		Programas de Saúde	4
	ART. 10º	Orientação Educacional	-
TOTAL			82
FORMAÇÃO ESPECIAL	INSTRUMENTAL	Fundamentos Psicológicos da Educação	12
		Fundamentos Sociológicos da Educação	4
		Fundamentos Biológicos da Educação	4
		Fundamentos <i>Filosóficos</i> da Educação	4
		Fundamentos <del>Fisiológicos</del> da Educação	4
	Educação Artística	12	
	TÉCNICO PROFISSIONAL	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau	4
Didática		20	
Estágio Supervisionado		8	
		Disciplinas Eletivas de Formação Especial	16
TOTAL			84
TOTAL GERAL:			166

ANEXO I - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PAIS E PROFESSORES

MUNICÍPIO ..... DISTRITO ..... ESCOLA.....

1. INSTRUÇÕES:

Leia atentamente o questionário antes de aplicá-lo.

Todas as informações aqui solicitadas devem ser cuidadosamente respondidas.

Não é necessário coletar o nome das pessoas que respondem ao questionário.

2. CONSTITUIÇÃO FAMILIAR:

Por constituição familiar entende-se todas as pessoas que residem sob o mesmo teto, inclusive o informante.

O informante deve ser o responsável pela criança na escola.

Deve ser preenchido o quadro da página seguinte.

No quadro da página seguinte, devem ser citados em primeiro lugar os dados referentes ao informante, depois ao aluno seguindo-se, então, os dados sobre as demais pessoas que residem sob o mesmo teto.

INFORMANTE

Pai

Mãe

Outros

CONSTITUIÇÃO FAMILIAR

	INFOR MANTE	ALUNO	O U T R O S			
Grau de parentesco com o aluno		X				
Sexo						
Idade						
Estado Civil						
Naturalidade						
Instrução (completa=c (incompleta=i)						
Ocupação atual						
Salário						
Saúde Física						
Saúde Mental						
Religião						

OBS.: Assinale com um X na linha relativa à instrução as pessoas que se encontram estudando.

Indicar com um X na linha relativa a salário as pessoas que contribuem para a despesa familiar.



3. OUTROS DADOS:

- |   | meninos                         | meninas                         |
|---|---------------------------------|---------------------------------|
| a) Com que idade as crianças de sua família costumam normalmente ir à escola? | <input type="checkbox"/>        | <input type="checkbox"/>        |
| b) Com que idade as crianças começam normalmente a trabalhar?                 | <input type="checkbox"/>        | <input type="checkbox"/>        |
| c) As crianças trabalham ajudando parentes ou amigos?                         | sim<br><input type="checkbox"/> | não<br><input type="checkbox"/> |
| d) As crianças trabalham com estranhos?                                       | <input type="checkbox"/>        | <input type="checkbox"/>        |

4. OCUPAÇÃO DO PAI:

	Ocupações anteriores (especifique)	Tempo na ocupação	Salário
a) .....			
b) .....			
c) .....			
d) .....			
e) .....			

Os dados devem ser preenchidos começando pela penúltima ocupação, seguindo-se as imediatamente anteriores.

5. ECONOMIA PESSOAL:

- a) A renda da família é gasta da seguinte maneira: (enumere por ordem de prioridade)

- alimentação
- moradia
- vestuário
- saúde
- diversão
- educação

- b) Há possibilidade de economizar algum dinheiro restante do orçamento?      sim       não

- c) O que é feito do dinheiro restante?

.....

6. MORADIA \*

	LOCAL DA MORADIA (Município e distrito)	TIPO DE CONSTRUÇÃO	Nº DE CÔMODOS	Nº DE PESSOAS RESIDENTES	TEMPO NA MORADIA	PRÓPRIA ALUGADA OUTROS	VALOR DA MORADIA OU DO ALUGUEL	SERVIÇOS				
								LUZ ELÉTRICA	ÁGUA ENCANADA	ESGOTO	GÁS	
1												
2												
3												

\* Este item deve ser preenchido começando pela moradia atual, seguindo-se as imediatamente anteriores.

7. MEIOS DE COMUNICAÇÃO

	SEMPRE	ÀS VEZES	NUNCA/RARAMENTE	PREFERÊNCIA
CINEMA				
TEATRO				
JORNAL				
REVISTA				
RÁDIO				
TV				
OUTROS				

10. O RELACIONAMENTO ENTRE A MÃE E A CRIANÇA

- a) Você conversa com seu filho com frequência? sim  não
- b) Ele lhe faz muitas perguntas?
- c) Você costuma responder?
- d) Quando seu filho lhe faz perguntas difíceis de serem respondidas, qual sua reação?

Tenta mudar de assunto

Não responde à pergunta

Inventa uma resposta

Responde parcialmente à pergunta

Responde tudo que você sabe

Diz à criança para perguntar ao pai

- e) Você costuma castigar seus filhos? Sim  Não

Em que ocasiões? .....

Quais os castigos mais frequentes? .....

.....

- f) Na sua opinião, os brinquedos de crianças servem:

Para permitir que as crianças se divirtam a sós

Para que elas possam brincar com outras crianças

Para que elas possam descobrir coisas

Para dar liberdade a você de tal forma que você possa fazer outras coisas

Para ajudar as crianças quando forem à escola

Como sinal da afeição da mãe durante sua ausência

8. SAÚDE:

Onde você procura atendimento médico?

rede federal

rede estadual

rede particular

Assinale as vacinas que seu filho/a já tomou?

BCG

Tríplice

Varíola

Sabin

Quais as doenças mais comuns na área em que mora?

.....  
.....  
.....

9. ALIMENTAÇÃO:

A alimentação de sua família consta de:

	sempre	às vezes	nunca
carnes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
cereais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
legumes/verduras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
leite	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ovos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
laticínios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

11. ASPIRAÇÃO:

a) Você está satisfeito com seu trabalho? Sim  Não   
Por que? .....

b) O que você gostaria de ser?  
.....

c) O que você gostaria que seus filhos fossem?  
.....

d) O que você acha que seus filhos provavelmente serão?  
.....

e) Você está satisfeito com a escola de seus filhos? Sim   
Não   
Por que? .....

f) Você está satisfeito com sua cidade? Sim  Não   
Por que? .....

g) Você diria que sua vida de um modo geral tem sido boa? Você tem conseguido o que esperava?  
.....

12. Diga a que ou a quem você atribuiria os seguintes fatos?

~~.....~~ .....

Fortuna .....

Miséria .....

Guerras .....

Enchentes .....

Doenças .....

Crimes .....

Qual a distância entre a casa e a escola do aluno:

0 - 5 km  5 - 10 km  10 - 20 km  + de 20 km

Quanto tempo leva o aluno para ir de casa à escola?

0 - 15 min  15 - 30 min  30 - 60 min  + de 60 min

Qual o meio de transporte utilizado?

.....

ANEXO II - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM LÍDERES LOCAIS

1. CARACTERIZAÇÃO:

MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_ Região-Programa: \_\_\_\_\_

Localização Geográfica \_\_\_\_\_

Área \_\_\_\_\_

População Total \_\_\_\_\_ Hab. \_\_\_\_\_

Rural \_\_\_\_\_ % \_\_\_\_\_

Urbana \_\_\_\_\_ % \_\_\_\_\_

Densidade demográfica (Hab./Km<sup>2</sup>) \_\_\_\_\_

População por faixa etária

- de 7 anos \_\_\_\_\_

7 a 14 anos \_\_\_\_\_

15 a 19 anos \_\_\_\_\_

20 a 29 anos \_\_\_\_\_

30 a mais \_\_\_\_\_

2. DADOS ECONÔMICOS:

Principais atividades econômicas do município: os 10 produtos principais do município.

PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		
6.		
7.		
8.		
9.		
10.		

Principais estabelecimentos

ESTABELECEMENTOS	QUANTIDADE	PESSOAL OCUPADO
Rurais		
Agrícolas		
Pecuários		
Agropecuários		
Industriais		
Comerciais		
Bancários		
Outros		

Tipos de Indústrias

Valor da Produção Industrial

3. DADOS SÓCIO-CULTURAIS

Nº de sindicatos

Nº de cooperativas

Nº de estabelecimentos hospitalares

    Nº de leitos

    Leitos por Hab.

Nº de clubes

Nº de bibliotecas

Nº de teatros

Nº de cinemas

Nº de instituições religiosas

    católicas

    protestantes

    espíritas

    outras

Nº de nascimentos

    Nº de casamentos

    Nº de desquites

    Nº de óbitos

Nº de morte natural

Nº de assassinatos

Nº de suicídios

Nº de acidentes

Principais meios de comunicação

Jornais

Telefones

Telégrafo

Rádios

Televisão



Composto e impresso na  
Imprensa Oficial do Estado  
do Rio de Janeiro, à Rua  
Marquês de Olinda, em  
Niterói, no ano de 1976.

